

## O Lugar do Trabalho na Psique dos Indivíduos: Luto, Melancolia e Auto-Aniquilamento do Ego

**Autoria:** Amon Narciso de Barros, Carolina Riente de Andrade, Ludmila de Vasconcelos Machado Guimaraes

### Resumo

No momento atual do capitalismo tardio as demandas feitas pelo capital ao trabalhador são cada vez maiores. Por mais paradoxal que seja nesta sociedade em que os fluxos do tempo fazem-se perceber de maneira cada vez mais acentuada, e indicam para um futuro que se mostra sempre mareado por incertezas, as empresas adotam um discurso de mão única: deve-se dar tudo de si à organização para que o empenho possa ser reconhecido. O trabalho tem o potencial de ser o âmbito de realização individual, mas também é fonte de adoecimento físico e psíquico. Adoecimento este que pode levar ao surgimento de diversas psicopatologias e culminar mesmo com o auto-aniquilamento do ego. Tentar-se-á responder através deste ensaio teórico se é possível que a identificação do sujeito com a organização e o subsequente estabelecimento de laços afetivos possa atingir tal grau que a perda destes laços ou deste objeto, voluntária ou não, possa levar ao suicídio. A fundamentação teórica se dá, principalmente, pela teoria psicanalítica freudiana.

### 1. Considerações iniciais

No momento atual do capitalismo tardio as demandas feitas pelo capital ao trabalhador são cada vez maiores. Exige-se flexibilidade, doação (muitas vezes devoção), dinamismo, espírito de grupo, iniciativa e, até mesmo, capacidade de gerir seu ‘capital intelectual’ a fim de manter-se empregável, seja na organização em que trabalha ou em outra qualquer. Com o acirramento da competitividade no mercado e grande oferta de mão-de-obra, as pessoas parecem submeter-se a tudo em nome da sobrevivência econômica, sob um manto do discurso da empregabilidade.

Por mais paradoxal que seja nesta sociedade em que os fluxos do tempo fazem-se perceber de maneira cada vez mais acentuada, e indicam para um futuro que se mostra sempre mareado por incertezas, as empresas adotam um discurso de mão única: deve-se dar tudo de si à organização para que o empenho possa ser reconhecido (corpo, mente e alma, de preferência), ao mesmo tempo em que se exige que o trabalhador, às suas próprias expensas, se qualifique continuamente para que possa manter-se na organização. A possibilidade da demissão apesar de, muitas vezes, não ser cogitada a todo o momento por vários dos trabalhadores, é uma constante enfrentada por todos que se encontram na iniciativa privada. Com o avanço da ideologia neoliberal-privatista, os empregos públicos passam também a ser alvos de ameaças. Com tudo isso, considera-se que é uma prática perversa da alta administração das organizações atuar em favor da colonização do mundo psíquico de seus funcionários e de colocar-se como objeto de investimentos pulsionais do trabalhador.

A partir do momento em que não o trabalho e sim a organização é alvo dos investimentos libidinais do indivíduo, este deixa de ter como referente algo próprio e passa a adotar como objeto de identificação a organização, que assume ares de fetiche, e passa a ser alvo de investimentos libidinais. Assim o capital fomenta a perda de centralidade do trabalho na vida do trabalhador e passa a disputar esse lugar com o consumo, sendo a centralidade deste último já defendida por autores como Bauman (1999, 2007) que afirma que “consumidores e objetos de consumo são pólos conceituais de um *continuum* ao longo do qual todos os membros da sociedade de consumidores se situam e se movem” (BAUMAN, 2007, p.18). Isso quer dizer que os indivíduos da atual sociedade, se alternam entre o papel de mercadoria (ou seja, objeto de consumo) e de consumidor onde, “só se forem capazes de

demonstrar seu próprio valor de uso, é que os consumidores podem ter acesso à vida de consumo” (BAUMAN, 2007, p.18). Embora não seja este o tema deste trabalho, deve-se mencionar que este deslocamento analítico que atesta que o trabalho passa a ocupar lugar periférico é contestável e não é assumido neste artigo. Por outro lado, entende-se que existe uma transmutação do valor do trabalho na vida dos sujeitos e que esta deve ser observada. A questão do relacionamento com a organização, que não se vincula apenas ao trabalho nela realizado, mas a um investimento libidinal ainda mais intenso, é uma das questões que norteiam este ensaio.

Entende-se que a partir do momento no qual o consumo e a organização passam a determinar as identificações do indivíduo, reduzem-se as chances deste indivíduo de vivenciar qualquer liberdade e, mesmo, de sua possibilidade de real resistência, uma vez que seu próprio caráter passa a lhe ser completamente determinado pela vida na sociedade capitalista mercantilizada. A própria possibilidade de o sujeito resistir à sobredeterminação fica limitada a sua capacidade de escolher entre marcas, de acordo com seu poder de compra, e à sua empregabilidade que, em tese, abre a oportunidade de ele trocar de emprego. Por outro lado não é possível, também, negar completamente a força dessas duas categorias na sociedade capitalista atual. Neste ensaio teórico será abordada a identificação com a organização, tendo como embasamento principalmente os pensamentos de Freud e Marcuse. Tentar-se-á responder se é possível que a identificação do sujeito com a organização e o subsequente estabelecimento de laços afetivos possa atingir tal grau que a perda destes laços ou deste objeto, voluntária ou não, possa levar à melancolia e em decorrência dela ao suicídio.

Essa reflexão surgiu a partir da leitura de uma notícia veiculada na imprensa brasileira que tem como manchete: “Chefe da Renault cria plano anti-suicídio para a empresa” (LAUER, 2007). A partir disso e da leitura do texto “Luto e Melancolia” (FREUD, 1974), partiu-se para uma busca de compreender qual pode ser o papel das organizações e do ordenamento social nestes casos extremos verificados na indústria francesa. Entendeu-se que se o sujeito se identifica com o objeto e o introjeta para seu ego, pode se desenvolver um quadro de melancolia que tenha como desfecho o auto-aniquilamento do ego, o suicídio. Salienta-se que, sendo este um ensaio puramente teórico, não se pretende tratar aqui de particularidades nos casos de suicídio verificados naquela ou em outra fábrica que, segundo Ferreira (2008), são estimados em quatrocentos por ano na França. Aponta-se ainda que o próprio Freud (1976h) fez alguns apontamentos que relacionavam o suicídio à um tipo de organização, no caso a escola.

A discussão será iniciada com a abordagem de conceitos psicanalíticos, considerados importantes para a compreensão do funcionamento do aparelho mental dos indivíduos e fundamentais para que se possa compreender o ponto de vista deste ensaio. Em seguida, se debaterá a questão da sociedade contemporânea e do trabalho, recuperando uma perspectiva histórica das condições de vida e do trabalho para compreender como a saúde dos trabalhadores se vincula a estas e às transformações acontecidas no último século. Finalmente se abordará as questões referentes ao adoecimento psíquico e à psicopatologia do trabalho.

## 2. Conceitos Psicanalíticos

A psicanálise define os indivíduos em três grupos, por estrutura de personalidade, denominados psicóticos, perversos e neuróticos. O enfoque será dado à questão dos neuróticos, os indivíduos tidos como “normais”, com o corpo psíquico marcado pela falta, que remete à relação da criança com a mãe, à figura paterna e à castração simbólica vivenciada pela criança, que Freud denominou ‘complexo de Édipo’ – identificação da criança com seus pais e a posterior superação desta na fase da puberdade. Em razão desta relação que acontece

no plano do inconsciente, o indivíduo neurótico necessita de algo externo a ele, um outro objeto, para se manter vivo e preencher essa falta.

Anna Freud (1990) enumera dez mecanismos de defesa utilizados pelo ego, para preservar sua integridade face aos impulsos do id e às demandas impostas pela sociedade: regressão, repressão, formação de reação, isolamento, anulação, projeção, introjeção, inversão contra o eu, reversão e, por fim, a sublimação. Devido à impossibilidade de se apresentar aqui cada um deles, pretende-se neste ensaio abordar apenas alguns conceitos considerados chave para o entendimento do texto. Deixa-se em aberto uma discussão mais aprofundada a respeito dos diversos conceitos citados e que são fundamentais no âmbito da psicanálise.

A partir de Chemana (1995), tem-se as seguintes definições de conceitos considerados importantes para a compreensão das questões aqui discutidas:

- Identificação: Assimilação de traços que são característicos de um outro, sem que o sujeito se dê conta disso;
- Introjeção: Modo de relacionamento com o objeto que faz com que este permaneça como parte do sujeito, pelo menos fantasmaticamente;
- Projeção: Mecanismo através do qual uma pessoa localiza no ambiente exterior, ou numa pessoa, uma pulsão ou sentimento que não aceita em si;
- Repressão/Recalque: processo de afastamento das pulsões do nível da consciência para o não consciente;

## 2.1 As Pulsões

O conceito de pulsão diz respeito às relações entre o eu e os objetos do mundo. Ela é uma potência, algo que impulsiona o indivíduo em uma direção. Para Freud (1976a, p.54) a pulsão é uma “tentativa inerente à vida orgânica de restaurar um estado anterior de coisas; ela é a expressão da inércia inerente à vida orgânica”. Trata-se de uma inferência, um “conceito-limite” entre o somático e o psíquico, porque não existe no Real, só pode ser pensada (e existir) enquanto idéia, tendo no corpo, sua fonte de excitação. Para melhor compreender o conceito de pulsão é importante pensar no conceito psicanalítico do corpo, não apenas como um substrato material, mas também como uma totalidade formada de partes, com limites definidos, organização própria e princípio de funcionamento.

No início da vida, o corpo humano enquanto conceito psicanalítico, não tem forma, pois o sujeito ainda não se reconhece enquanto imagem. Garcia-Roza (1990; p.18) vai definir as pulsões como sendo “matéria sem forma, concebida como pura potência indeterminada, pluralidade de intensidades anárquicas”. A fonte da pulsão é uma excitação, cujo objeto é variável, mas precisa ser o objeto de desejo, dando prazer ou evitando o desprazer. O desejo age como mediador significativo entre a pulsão e o objeto.

No nível das pulsões há, de acordo com Freud (1976b), o dualismo entre pulsão de morte e pulsão de vida. A pulsão de morte é uma descarga total, sem limites controle ou direção, que visa o desprendimento dos objetos, seu desligamento e o retorno inelutável do ser vivo à tensão zero, ao estado de ‘nirvana’. Ela não é representada psiquicamente e precisa ser contida, sendo este um dos papéis da linguagem. A pulsão de vida é representada psiquicamente e ordenada pela linguagem. Ela tende a investir tudo libidinalmente, garantindo a coesão das diferentes partes do mundo externo do sujeito e tende para permitir associações cada vez maiores entre os indivíduos vivos. Nestes termos Freud (1976a), afirma que o alvo de uma pulsão é a satisfação. E por satisfação Garcia-Roza (1990, p.64) entende a “eliminação do estado de estimulação na fonte da pulsão, sendo que aquilo através do qual essa satisfação pode ser obtida é o objeto”. É necessário acrescentar que ambas as pulsões se fundem e amalgamam de maneira “muito ampla, em proporções variáveis, das duas classes de instintos, de modo que jamais temos de lidar com instintos de vida puros ou instintos de morte

puros, mas apenas com uma mistura deles, em quantidades diferentes” (FREUD, 1976e, p.205).

Freud construiu sua teoria das pulsões com base, inicialmente em duas tópicas: o ‘consciente’ e o ‘inconsciente’. Com o desenvolvimento da teoria, o autor localizou três instâncias psíquicas denominadas ‘id’, ‘ego’ e ‘superego’ que passaram a ser consideradas as tópicas, enquanto o consciente e o inconsciente passaram a ser vinculados aos processos psíquicos.

## 2.2 Id, Ego, Superego, Consciente e Inconsciente

O conceito fundamental em psicanálise é o de inconsciente, que é o estado no qual se encontram os processos mentais antes de se tornarem percebidos pela consciência (FREUD, 1976f). Garcia-Roza (2000) aponta que apesar de não haver consenso entre os teóricos em psicanálise quanto à significação de inconsciente, certamente todos concordam que foi a grande descoberta freudiana. Para este autor, Freud concebeu o inconsciente como um “lugar psíquico”. O que se encontra neste lugar “não são coisas, mas representações.(...) representações psíquicas da pulsão” (GARCIA-ROZA 2000, p.177). Freud distingue as representações das coisas das palavras, sendo estas últimas exclusivas do pré-consciente e do consciente, ainda na ótica de Garcia-Roza (2000). Assim, uma representação pertencente ao sistema inconsciente pode escapar à censura e ingressar no sistema pré-consciente e, somente deste modo, vir a torna-se de fato consciente, ou seja, ocupando o lugar em que se sabe dele. Freud partiu inicialmente dos conceitos de consciente e inconsciente para, posteriormente, estabelecer a tópica do aparelho mental constituída por id, ego e superego.

Na teoria freudiana o ‘id’ é a camada da estrutura mental mais antiga e, ao mesmo tempo, imune ao tempo (FREUD, 1976a). Marcuse (1978, p.47) aponta que “o id está isento das formas e princípios que constituem o indivíduo consciente e social. Não é afetado pelo tempo nem perturbado por contradições”. O id é sempre inconsciente, apesar do inconsciente não ser sempre relativo ao que é o id, existindo processos do ego e do superego que também o são, como mostra Freud (1976a). Segundo Chermana (1995, p.114), “o id é reservatório primordial da energia pulsional” e é a partir da interação com os estímulos do ambiente que se formam as outras duas instâncias psíquicas: o ego e o superego (FREUD, 1976a; 1976b).

Note-se que “em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu ‘ego’. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade – isto é, a descarga de excitações para o mundo externo” (FREUD, 1976b, p.28-29). Freud (1976b, p.39) afirma ainda que “o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo” e que “procura aplicar a influência do mundo externo ao id, pelo princípio da realidade. Para o ego, a percepção desempenha o papel que no id cabe ao instinto. O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões” (FREUD, 1976b, p.39). É do ego que procedem as repressões aos impulsos do id, servindo ele como instância mediadora entre o id e o mundo, sendo afetado também por outra instância psíquica, o superego. Ressalta-se que o superego é diferente do ideal do ego, pois enquanto este é enaltecedor das qualidades que o ego almeja, aquele é constrangedor e eminentemente proibitivo.

O ‘superego’ é o responsável por julgar o ego e é decorrente da identificação da criança com sua família, principalmente com o pai, apesar de na primeira infância a criança não fazer discernimento entre os sexos (FREUD, 1976b). Neste sentido, Freud (1976b, p.45) aponta que “os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e mais duradouros”. Marcuse (1978, p.49) afirma que “a influência parental converte-se no núcleo permanente do superego. Subsequentemente, uma série de influências sociais e

culturais são admitidas pelo superego, até se solidificar no representante poderoso da moralidade”. O superego vai manter, então, o caráter do pai, e vai ser afetado também por outras instâncias repressoras como a escola e outras instituições sociais. O superego é o herdeiro do complexo de Édipo, por manter a figura do pai na psique, e constitui a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id. Percebe-se que no interior do aparelho mental as três instâncias coexistem de maneira dinâmica.

O ego e o superego possuem conteúdos conscientes e inconscientes, o que os difere do id que, como apontado acima, é completamente inconsciente. Entretanto, cabe a ressalva posta por Anna Freud (1990, p.5) quando afirma que a percepção que se tem “do superego tende sempre para tornar-se confusa e enevoada quando existem relações harmoniosas entre ele e o ego. Dizemos então que os dois coincidem [...]. Seus contornos só se tornam claros quando enfrenta o ego com hostilidade ou, pelo menos, com criticismo”. Essas relações harmoniosas escondem a possibilidade de um rompimento das barreiras entre o indivíduo e a sociedade, que é fruto de uma identificação sem mediações entre o eu e o social, o ego e a moralidade da sociedade.

### 2.3 Luto e melancolia

Para Freud (1974), o luto e a melancolia constituem dois sentimentos que guardam várias semelhanças sendo, contudo, distintos entre si por peculiaridades fundamentais. O luto é considerado pelo autor como um sentimento saudável, uma vez que está ligado a substituição, que se faz necessária, da perda de um objeto exterior. Neste caso, as catexias libidinais investidas no objeto são, não sem resistência, desmobilizadas e direcionadas a outros pontos. O luto, apesar de não ter um período de duração pré-determinado, é passageiro e perdura apenas até o sujeito conseguir equacionar novamente suas energias de maneira que possa voltar a lidar com a realidade de maneira normal. Nas palavras do autor, o luto acontece quando

O teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Essa exigência provoca uma oposição compreensível (...). Essa oposição pode ser tão intensa, que dá lugar a um desvio da realidade e a um apego ao objeto por intermédio de uma psicose alucinatória carregada de desejo. Normalmente, prevalece o respeito pela realidade, ainda que suas ordens não possam ser obedecidas de imediato. (...) Contudo, o fato é que, quando o trabalho do luto se conclui o ego fica outra vez livre e desinibido. (FREUD, 1974, p.276-277).

A melancolia por outro lado, apesar de também ser caracterizada pela perda de um objeto amado, tem esse objeto construído muito mais no plano ideal do que no plano da realidade concreta, Ferrari (2006, p.106) aponta que “Freud entendia a melancolia não como um distúrbio ou transtorno do humor. Ele a definia como o luto pela perda da libido, o que significa que não se trata de qualquer luto”. Para Freud, a própria perda do objeto experimentada pelo melancólico pode ser percebida mais claramente como algo que tenha afetado o plano simbólico, vinculada a algo que foi idealizado. Assim, o sujeito pode ou não saber exatamente o que perdeu, ou não saber o que passou a lhe faltar quando perdeu determinada coisa, ou seja, essa perda vincula-se a algo inconsciente. Isto se dá “em contraposição ao luto, no qual nada existe de inconsciente a respeito da perda” (FREUD, 1974, p.278). Enquanto no luto é o mundo que fica esvaziado de algo, e é ele que se torna pobre, no processo de melancolia estas percepções são as que se tem do próprio ego.

O melancólico acaba por introjetar o ideal de objeto dentro de seu ego, fazendo com que o ego absorva aquele objeto. O momento da perda do objeto é, para Freud (1974), a ocasião ideal para desencadear sentimentos ambivalentes a respeito do objeto amado, que era

alvo da libido do sujeito. Tem-se que “na melancolia, as ocasiões que dão margem à doença vão, em sua maior parte, além do caso nítido de uma perda por morte, incluindo as situações de desconsideração, desprezo ou desapontamento, que podem trazer para a relação sentimentos opostos de amor e ódio” (FREUD, 1974, p.284). A partir do momento que características que eram percebidas no objeto passam a ser parte do ego, a crítica contra este acaba por se tornar autocrítica do ego, que vê em si aquelas negatividades que eram possuídas pelo objeto e é ampliada por um sentimento de culpa decorrente dos sentimentos ambivalentes que já nutria por aquele antes de perdê-lo. Esse procedimento acaba por enfraquecer, ainda mais, a auto-estima do sujeito, aumentando a potencialidade da auto-crítica.

Ferrari (2006) afirma que nos melancólicos o superego funciona como instância crítica de ferocidade extremamente aguçada. A autora argumenta que aqueles que apresentam uma tendência à melancolia, os ‘pré-melancólicos’ apresentam

uma superidentificação com os papéis sociais, com tudo que supõe o rigor psicótico, já que é uma identificação literal, ao pé da letra, com o ser do traço significante e não com a função de representação. Essa superidentificação traduz uma vontade de apagamento, de tamponamento do buraco da ‘forclusão’ e produz coesão suficiente para conter o transbordamento de gozo inerente a não inscrição fálica. As superidentificações não têm o caráter de exceção do ideal do eu. O sujeito é equivalente a cada um desses traços imaginários e qualquer contradição, entre um desses traços, é motivo de desencadeamento. Daí o desencadeamento da crise por motivos que podem parecer insignificantes e por motivos imaginários (FERRARI, 2006).

Se, como aponta Marcuse (2002), na sociedade atual a realidade tecnológica oblitera a barreira entre o indivíduo e a sociedade fazendo com que a introjeção das normas sociais se dê mecânica e irrefletidamente, aumenta a possibilidade de alguém passar à melancolia. Isto porque o fato de o sujeito se identificar com a realidade de maneira automatizada, não exclui a possibilidade de ele ter uma atitude ambivalente para com a sociedade, o seu mal-estar com relação à impossibilidade de satisfazer seus desejos permanece (FREUD, 1976g), mas pode passar a ser imputada a uma impotência relativa a si ao invés de ser creditada à sociedade repressiva na qual o eu se insere. Assim, retomando Anna Freud (1990) e com base na conclusão de Marcuse (2002), pode-se especular que uma convivência harmoniosa entre o ego e o superego pode esconder traços de um comportamento mimético, que indicaria a anulação da individualidade. Como possível efeito dessa condição poderia haver uma maior tendência de o sujeito passar ao estado melancólico. Disto surge a possibilidade de o sujeito iniciar uma auto-tortura, que corresponde a “uma satisfação das tendências do sadismo e do ódio relacionadas a um objeto, que retornaram ao próprio eu do indivíduo” (FREUD, 1974, p.284), uma vez que este introjetou o objeto externo. Rouanet (1990) afirma que para Freud “o objeto morto (...) acaba levando o melancólico ao suicídio: ponto extremo da desvalorização do ego”.

Para melhor compreender o papel da sociedade e, também, do trabalho na psique do indivíduo, para que se possa estabelecer a relação da organização com o adoecimento psíquico dos sujeitos, é necessário discorrer sobre estes assuntos, antes de se recuperar as reflexões anteriores.

### **3. A sociedade contemporânea e o trabalho**

É importante, abordar uma perspectiva histórica das condições de vida e do trabalho para compreender como a saúde dos trabalhadores está vinculada a esta e às transformações acontecidas no último século. O trabalho tem o potencial de ser o âmbito de realização

individual, mas também é fonte de adoecimento físico e psíquico. Adoecimento este que pode levar ao surgimento de diversas psicopatologias e culminar mesmo com o auto-aniquilamento do ego.

No momento atual da sociedade capitalista, as características observadas por Marcuse ([1964] 2002), em muito se acentuaram. O que se percebe é que há um fechamento das possibilidades do ser humano de atingir uma vida verdadeiramente livre e governada de maneira autônoma, se tornaram ainda mais fugidias, tendo a dominação ideológica se acentuando e seus controles se tornado ainda mais sutis. Marcuse aponta que o aparato produtivo tende a determinar não apenas as ocupações das quais a sociedade necessita, as habilidades e as atitudes demandadas às pessoas, mas também os desejos e necessidades individuais.

Com o avanço da tecnologia e das possibilidades de concretização da liberdade, aumentam também os controles sutis exercidos pelo aparato técnico-administrativo a serviço das forças dominantes na sociedade (MARCUSE, 2002). O alheamento dos trabalhadores em relação aos produtos que fabrica e aos serviços que presta permanecem como regra. Mesmo o trabalho executivo assume ares de engrenagem no interior da maquinaria burocrática (MARCUSE, 2002), mesmo contando com salários mais elevados do que os pagos aos funcionários que ocupam cargos mais baixos na hierarquia. A divisão do trabalho entre planejamento e execução ainda se faz notar, apesar de os pensadores se tornarem cada vez mais assimilados a uma engrenagem executora de rotinas no interior da maquinaria capitalista.

Com a intensificação das manufaturas e o grande contingente de trabalhadores oriundos das populações rurais, o período do desenvolvimento do capitalismo industrial traz consigo um crescimento da produção e, conseqüentemente, novas configurações das relações de trabalho. Inicia-se uma atividade massificada com elementos marcantes, como a duração da jornada de trabalho de 12 a 16 horas por dia e o emprego de mulheres e crianças pequenas na produção industrial, segundo Dejours (1992). Para o autor, os salários muito baixos, por vezes eram insuficientes para garantir o mínimo necessário para a subsistência das famílias e nesta época, a luta pela saúde era identificada com a luta para manter-se vivo: “viver para o operário é não morrer” (DEJOURS, 1992, p.14). Somente no final do século XIX são aprovadas leis para regular o trabalho, especialmente as jornadas, a higiene e segurança e a aposentadoria, conforme elucida o autor.

Posteriormente ao processo manufatureiro, a organização do trabalho se baseava no binômio taylorismo / fordismo, que dominou grande parte da estruturação produtiva mundial do século XX. Silva (1974) explica que Frederick Taylor iniciou esse processo no final do século XIX visando à otimização e o controle do trabalho e a aplicação de métodos racionais aos problemas de produção buscando evitar o desperdício. Henri Ford incorporou os métodos tayloristas de organização do trabalho, mas fundamentou-se de fato na socialização do ritmo do trabalho, submetendo todos os trabalhadores à mesma velocidade da correia transportadora. Antunes (1999) descreve o taylorismo / fordismo como a expressão dominante do sistema produtivo e do seu processo de trabalho do século XX, principalmente, a partir de sua segunda década, caracterizados pela produção em massa de mercadorias de forma homogeneizada e verticalizada, racionalização máxima das operações realizadas pelos trabalhadores, combate ao desperdício, redução do tempo de produção e aumento do ritmo de trabalho. Dejours (1992, p.19) afirma que “ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários”. Neste sentido, o autor reforça que a organização científica do trabalho gera novas exigências fisiológicas até então desconhecidas e que usa como ‘nova tecnologia de submissão’ a ‘disciplina do corpo’.

Foi do questionamento aos modelos supracitados, e na crise do sistema capitalista que os modelos japoneses e, em especial, o chamado ‘toyotismo’ emergiram no Ocidente a partir

dos anos 70. Antunes (1999) descreve as várias transformações pelas quais passou o processo produtivo, deflagradas pelo capital, e que deram origem a novas configurações de trabalho, como alternativa ao binômio taylorismo / fordismo, “por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing* e das formas de gestão organizacional”. (ANTUNES, 1999, p.47). O autor ainda cita que vários autores defendem que estas novas técnicas de gestão foram responsáveis pela instauração de uma nova forma de organização do trabalho e de relacionamento entre capital e trabalho, “uma vez que possibilitaram o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de maior realização no espaço de trabalho” (p.49). Contudo, “as mutações em curso são a expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (ANTUNES, 1999, p.50).

Para se compreender melhor o comportamento dos indivíduos e sua conseqüente identificação (ou não) com as organizações nas quais atuam é preciso considerar o fato de o homem está constantemente buscando satisfazer suas necessidades na empresa em que trabalha e que parte do seu comportamento é uma resposta àquilo que ele percebe e vê na empresa. Antunes (1999, p. 144) aponta que “a busca de uma vida dotada de sentido a partir do trabalho permite explorar as conexões decisivas existentes entre trabalho e liberdade”. Para Dejours

a questão do Desejo e de sua satisfação fazem parte integrante do Trabalho. Ela é constantemente colocada em termos que evoluem e se renovam ao longo da vida. Nestas condições, quando a situação se modifica ou se bloqueia, a tal ponto que o Desejo não encontra mais seu lugar na vida de Trabalho, não é raro e não é impossível ao Sujeito ou desviar o curso das coisas ou, se não for possível, visualizar a realização de outro futuro em outro lugar (DEJOURS, 2007: p.40)

Entretanto, esta colocação deve ser ponderada uma vez que as possibilidades de se transferir de emprego para emprego em busca de satisfação, num ambiente onde há grande oferta de mão-de-obra, são exíguas. Devido a essa característica do mercado de trabalho, pode acontecer de o trabalhador ter que assumir o risco de abandonar o emprego ou se sujeitar a condições que lhe desagradam, podendo até ocasionar um adoecimento psíquico. De qualquer modo, a possibilidade de haver identificação com a organização e de haver investimento nela como objeto da libido é real, e disto pode decorrer a introjeção deste objeto para o ego num momento de perda, o que abre espaço para que se instaure a melancolia.

### 3.1 Trabalho, tempo e adoecimento psíquico

O princípio do prazer é, para Freud (1976g), modificado pelo contato do indivíduo com as barreiras interpostas pela realidade e, pela relação natural dos homens com o mundo social, transformado em princípio de realidade. A isto Marcuse (1978) acrescenta que este princípio de realidade é, no capitalismo tardio, mutado em princípio de produtividade. Desta derivação tem-se que não mais a busca pelo prazer *per se* é que guia os homens no seu cotidiano, mas a busca pelo útil, passível de gerar retornos mensuráveis, deixando o próprio prazer em segundo plano.

A vida em sociedade se torna passível de ser administrada e contabilizada. A administração se apresenta, afirma Parker (2002), como uma panacéia capaz de sanar todo e qualquer mal e, inclusive, “otimizar” a lida diária em todos os campos, da vida profissional até a afetiva. Para Marcuse ([1964] 2001) este contexto é o de uma vida administrada. A percepção de Parker, da ascensão do gerencialismo ao campo de remédio para todo e qualquer mal, já há muito se fazia notar, nos escritos do frankfurtiano. Desta maneira, ampliam-se os controles sobre todos os ritmos da vida dos sujeitos, que passam a ter de responder aos

critérios de eficiência mesmo nas horas de lazer, que muitas vezes são passadas em ambientes recreativos vinculados à mesma organização capitalista para a qual se trabalha.

O acesso aos bens culturais também passa a ser mediado pela indústria cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Esta funciona como um filtro, que seleciona e homogeneiza conteúdos antes de eles serem acessíveis ao grande público. Logo, são os valores dos grupos dominantes os difundidos pela sociedade através dos múltiplos canais de comunicação como jornais, revistas, televisão, filmes e, mesmo, *internet*. Aos sujeitos resta se submeter a estes padrões culturais impostos de acordo com os interesses dominantes na sociedade, ou usar de muita criatividade para fugir de dispor de seu tempo de ócio, de maneira estereotipada. Os efeitos desta massificação dos bens culturais podem, também, ser observados na própria formação da identidade dos sujeitos que são, cada vez mais, socializados por contatos virtuais na internet, mais recentemente, ou pela televisão. Marcuse (2002) atesta que não importa o quanto as pessoas se identifiquem com estas maneiras de passar seu tempo livre, elas continuam sendo produtos ofertados pelos interesses dominantes da sociedade visando atender às necessidades destes últimos.

Acrescente-se que, como aponta Hobsbawn (1995) a partir da segunda metade do século XX, o número de divórcios no mundo cresceu de maneira vertiginosa, podendo ser considerado este um fenômeno que contribuiu para a decadência da família tradicional. Estas modificações na família que, no entendimento de Rouanet (2001), era considerada por Marcuse como o último refúgio do sujeito, para que escapasse do ideário capitalista, são fundamentais para a compreensão do mal estar latente que o autor percebe na sociedade. Com o significado da família, afetado por profundas transformações e sofrendo uma reconstrução, o desenvolvimento psíquico das crianças que são criadas nestes ambientes também pode ser afetado. O desenvolvimento psíquico sadio torna-se mais complicado uma vez que os processos de socialização primária e secundária, além dos objetos externos de identificação deixam de possibilitar plenamente a formação de um ego forte, quando o sujeito alcança a fase adulta, com capacidade de impor-se frente à realidade. Retomando Marcuse (2002), essa mudança é oriunda não apenas da produção e distribuição em massa dos produtos que tornam uniformes os desejos e as necessidades, mas procede também da administração ‘científica’, não somente do trabalho, como também da sociedade inteira, com o capital influenciando os tempos e movimentos, mesmo fora do ambiente de trabalho.

As demandas do emprego exigem ao indivíduo não somente sua ‘força de trabalho’, mas o envolvimento quase total de seu tempo que, reificado, passa a ser percebido como mercadoria que se pode ganhar, economizar ou gastar (HASSARD, 2001). Segundo Mello e Tonelli (2002, p.1) a frequência no uso de palavras como “rapidez, velocidade, aceleração, mudanças, ritmo, instabilidade e falta de tempo no vocabulário cotidiano refletem este sentimento de que o tempo está se transformando em um recurso escasso”. Além disso, “se o tempo é dinheiro, parece moral poupar tempo, sobretudo o próprio” (ADORNO, 2001, p.31) e não vendê-lo significa estar desempregado.

Entende-se que na sociedade contemporânea a percepção do tempo é distorcida pelas demandas advindas da configuração do aparelho produtivo e os sujeitos têm limitada autonomia com relação à possibilidade de vivência de momentos de prazer descompromissado. O prazer desvinculado de imposições externas por utilidade, poderia contribuir para a liberação de tensões acumuladas no aparelho mental. Entretanto, a ordenação racional e intensiva do tempo contribui para que o sujeito não consiga se desvincular da lógica que rege o aparelho produtivo e desfrutar desses momentos que, além de benéficos para a saúde mental, são necessários. Por isso, aumentam as possibilidades de o acúmulo de energias libidinais no aparelho mental do sujeito levar ao surgimento de psicopatologias e quadros clínicos como a depressão ou a melancolia, que não se desenvolvem apenas em decorrência

de predisposições ou fraquezas do sujeito, mas são potencializadas pelo ambiente de trabalho e pelo contexto social no qual esses se inserem.

### 3.2 Psicopatologia do trabalho

O trabalho pode assumir, na vida dos indivíduos, papel importante na formação da identidade, e grande parte das vezes o faz. Esta relação do trabalho com a identidade do indivíduo é ambivalente, pois se por um lado ela é saudável podendo abrir espaço para identificações e ampliar espaços de gozo sadios, por outro pode barrar outras possibilidades saudáveis de identificação. Se isto acontece, as pessoas podem passar a ser aquilo que fazem, o trabalho que executam, perdendo a personalidade singular. Conforme Dejours (2001, p.24), o trabalhador não chega ao seu local de trabalho como uma ‘máquina nova’.

Ele possui uma história pessoal que se concretiza por uma certa qualidade de suas aspirações, de seus desejos, de suas motivações, de suas necessidades psicológicas, que integram sua história passada. Isso confere a cada indivíduo características únicas e pessoais (DEJOURS, 2001: p.24).

Dejours (1992) aponta que nas manifestações ocorridas na França em 1968 o trabalho foi reconhecido como principal fonte de alienação e como fonte de sofrimento mental. A psicopatologia surge, então, com o objetivo de “explicar o campo não-comportamental, ocupado [...] pelos atos impostos: movimentos, gestos, ritmos, cadências e comportamentos produtivos” (DEJOURS 1992, p.25). Deste modo, o indivíduo passa do ‘comportamento livre’ ao ‘comportamento estereotipado’, por meio de sua anulação muda e invisível.

A proposta de Dejours da ‘Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho’ baseada nos conceitos da psicanálise e da psicossomática apóia-se no princípio de que o desenvolvimento psico-afetivo da criança poderá determinar a relação psíquica do adulto com o trabalho. Assim, como foi descrito por Freud (1997), citado por Dejours (2001), o trabalho pode ser o meio de se livrar das angústias e necessidades através do processo de sublimação. Dejours (2001) coloca também que o reconhecimento no trabalho pelos pares é fundamental e, sendo assim, a sublimação tem um papel essencial na conquista da identidade. Ainda o autor aponta que o reconhecimento social e identidade como condição da sublimação são essenciais na manutenção da saúde mental. Marcuse (2002), por outro lado, aponta que a sublimação no estágio avançado da técnica na sociedade, é uma ‘sublimação controlada’, ‘institucionalizada’. As formas de sublimação permitidas são aquelas vistas como produtivas, reduzindo o escopo de possibilidades e fazendo com que parte do *quantum* de energia permaneça reprimido, sem alcançar a liberação, esse processo tende a acumular energias libidinais no interior do aparelho mental do indivíduo, levando, com o tempo, à fragilização do ego. Essa seria a sublimação desejada pelas organizações e mais ao alcance do trabalhador no interior das empresas, “enquanto os impulsos destrutivos são assim satisfeitos não podem estabilizar sua energia a serviço de Eros” (MARCUSE, 1978, p.89).

A isso, some-se que Dejours (2001) não expõe a possibilidade de a angústia da criança que gera a fragilidade apontada por ele, não necessariamente ter de ser canalizada, na vida adulta, para o trabalho produtivo, mas pode se refletir nas diversas áreas da vida de forma positiva ou negativa, como por exemplo, nos relacionamentos, nas artes ou nos esportes. Além disso, muitas vezes as organizações não apresentam condições favoráveis para que o trabalhador domine seu sofrimento construído através dos reveses do desenvolvimento psíquico e impossibilita transformá-lo em criatividade. Assim, como solução para esse sofrimento, o indivíduo pode vir a fazer parte de um círculo vicioso que o desestabiliza e conseqüentemente o leva a adoecer.

A repressão das pulsões utilizada pelo indivíduo como estratégia defensiva para focar-se no trabalho atinge não só o trabalhador, mas sua família e as pessoas com as quais ele estabelece relações afetivas. Essa repressão psíquica, muitas vezes, acarreta um embrutecimento que se instala progressivamente no indivíduo, podendo provocar um estado de semi-embotamento levando o sujeito a um estado de anestesia psíquica. Assim, o ciclo de angústia filhos *versus* pais *versus* filhos pode mostrar-se interminável uma vez que os filhos um dia serão trabalhadores e também constituirão uma família, como aponta o próprio Dejours (1992).

De qualquer forma é importante ressaltar o quanto o sofrimento e a angústia estão entranhados no mundo do trabalho e podem levar ao adoecimento psíquico. Esse, por sua vez, gera discriminação, exclusão e incentiva a prescrição indiscriminada de ansiolíticos e antidepressivos, tirando o foco do adoecimento provocado pelo ordenamento do trabalho e voltando-o para o trabalhador. Lima reforça a idéia do estabelecimento donexo causal entre trabalho e doenças psíquicas:

o estabelecimento desse nexos [...] tornou-se uma questão decisiva, afetando a vida de muitas pessoas hoje acometidas de graves transtornos mentais e que sofrem por não saber a quem recorrer e como fazer valer seus direitos. Elas acabam caindo nos hospitais e serviços de psiquiatria, com diagnósticos de doenças comuns, sendo submetidas a tratamentos baseados em grande quantidade de medicamentos, caracterizando, muitas vezes, uma verdadeira ‘camisa de força química’ (LIMA, 2005).

Lima (2005) critica Dejours por ele argumentar que a psicopatologia é incapaz de fornecer os elementos necessários para a compreensão da relação homem / trabalho, considerando que Dejours assume, segundo a autora, uma “posição bastante problemática” ao estabelecer a relação entre transtorno mental e trabalho. A proposta de Dejours é que o foco é o sofrimento e também as defesas contra este sofrimento, ao invés das doenças mentais, algo bastante perigoso e que abre caminho para uma ‘exploração produtiva’ do sofrimento do trabalhador pelas empresas que, aliás, é efetivamente a proposta do autor. Além disso, ficaria impossibilitada, assim, a comprovação qualquer nexos entre transtornos mentais e trabalho. Porém, Dejours admite a existência da Síndrome Subjetiva Pós-Traumática – um transtorno grave que ocorre em ambientes de trabalho de alto risco causando extrema angústia nos trabalhadores expostos a esses ambientes. Lima (2005) afirma que no momento que admite essa patologia, Dejours abre espaço para a contestação seu trabalho já que essa é uma exceção ao modelo explicativo, por ele construído, para determinado fenômeno, ou seja, uma falha na teoria base.

Ao explicitar esta crítica ao trabalho de Dejours, pretende-se, brevemente, marcar a posição deste trabalho em relação a esta controvérsia, uma vez que uma discussão mais aprofundada demandaria um trabalho à parte. Apesar de se concordar com Lima quando a autora afirma a existência de nexos causal entre trabalho e psicopatologia, por outro lado também é importante deixar claro que as doenças psíquicas são, também, relacionadas à estrutura de personalidade do sujeito. Entretanto, devido à interação com o ambiente em que se insere o sujeito, ele pode, sim, entrar num estágio melancólico.

#### 4. Considerações finais

Na sociedade contemporânea, na qual a vida administrada observada por Marcuse (2002) parece ter atingido seu ápice, é importante a reflexão a respeito da influência desta sobre a psique dos indivíduos. A disseminação do utilitarismo e do empirismo por todo o

tecido social acaba por abrir espaços para que uma busca frenética pela produtividade acabe por contaminar toda a sociedade. Padrões previamente estabelecidos de relações sociais, construídas ao longo de toda a história ocidental, parecem estar sendo rápida e irrefletidamente substituídos por novas maneiras de se relacionar com o mundo. Estas mudanças deixam arestas que acabam por ampliar o mal estar dos membros da civilização, pois se, como afirmou Freud (1976g), o homem trocou um punhado de liberdade por outro de segurança, a primeira parece cada vez mais vazia de significados, enquanto a segunda se mostra continuamente menos presente na vida dos sujeitos. Os laços familiares vêm se tornando mais fracos, o futuro no trabalho abarrotado de incertezas, o tempo menos controlável, os egos mais frágeis e as possibilidades de real individuação mais exíguas. Enquanto, por outro lado, o domínio do capital e do 'princípio da produtividade' (MARCUSE, 1978) se consolidam de maneira crescente, ampliando a dominação silenciosa dos sujeitos na sociedade.

Nesse contexto, as organizações capitalistas passam a exercer crescente influência na vida social e pessoal (incluindo a afetiva) de seus funcionários, que acabam por se verem inseridos num ambiente turbulento, no qual o trabalho desenvolvido dentro das organizações ocupa parcela considerável de seu tempo de vigília, apesar disto ser ignorado em várias análises, como apontado acima.

O discurso veiculado pela alta administração transmite, muitas vezes, a idéia da organização como espaço de harmonia desejada e possível, devido aos 'interesses comuns' de patrões e empregados, que se unem para atingir 'objetivos comuns'. A manipulação dos objetivos, que em geral se resumem ao lucro privado, e a ocultação do fato de que esse só é possível às expensas do trabalho dos funcionários, é conscientemente ignorada na busca dessa integração. Isto dá margem para que os trabalhadores terminem seduzidos pela possibilidade de se relacionar com um objeto de desejo que não seja fungível, através do qual possa lograr gozo e, simultaneamente, conforto psíquico, já que às organizações parece possível sobreviver ao tempo, enquanto que os sujeitos acabam vivendo um tempo que lhes é imposto de fora, pelas determinações mais amplas da sociedade, com pouca autonomia de decidir como usufruir desse.

Entretanto, inseridas na dinâmica da sociedade capitalista, as práticas levadas a cabo pelos integrantes das organizações são bastante influenciadas por elas. Assim, a demanda pelo incremento da performance organizacional é constantemente repassada aos trabalhadores através de novas tecnologias de gestão que, além de buscar a produtividade, visam conquistar o afeto do trabalhador. A organização, tornada em entidade, é apresentada como um ambiente 'familiar', no qual é possível canalizar as energias libidinais para atividades que proporcionam prazer, socialmente aceitáveis. A empresa visa, assim, conquistar a 'alma' dos empregados, que acabam adotando a organização como um objeto de investimento libidinal, o que chega a ocupar o papel do trabalho na vida do sujeito, para colocar em seu lugar o relacionamento com a empresa. A entrega que este objeto demanda é suficientemente grande para mobilizar grande parte da libido do indivíduo, e dela usufruir.

Entretanto, esta relação que se consolida em bases afetivas (de via única, uma vez que a empresa não é sujeito real e, logo, não é capaz de sentir afeto) é bastante problemática. Para que possa ser canalizado de maneira produtiva, as energias libidinais do sujeito devem ser reprimidas e sublimadas. Levando em consideração a idéia marcuseana de sublimação controlada, pode-se deduzir que na verdade, o que a empresa promove é uma 'mais-repressão' (MARCUSE, 1978). Esse processo é ainda agravado pela ambigüidade que se estabelece no investimento afetivo para com a empresa, já que ao mesmo tempo em que esta demanda o amor, e o recebe, é alvo também do ódio do sujeito, numa relação ambivalente que pode ter reflexos num momento posterior, quando há o desenvolvimento de um quadro melancólico.

Nessa relação com a empresa, o sujeito identifica-se com a organização a ponto de não mais distingui-la do que é o 'eu', introjetando-a para seu próprio ego como se fosse parte do mesmo. As pulsões reprimidas acentuam este caráter ambíguo, já que o id demanda a satisfação imediata (o que é impossível dentro da empresa). Como a sublimação existente nessa relação é imputada ao sujeito, o caráter conflitivo da relação tende a aumentar de maneira crescente. Por outro lado, às vezes nem mesmo esta sublimação é possível, sendo a repressão o único processo responsável por represar os anseios do id.

Essa ambigüidade, no que concerne ao relacionamento afetivo com a organização, somada à identificação do ego com este objeto externo, pode fazer com que a instância crítica da psique se volte contra o próprio ego. Apesar de a crítica estar vinculada na verdade ao objeto externo ao sujeito, uma vez que este foi introjetado e que com ele o ego se identifica, a condenação passa a atingir ao próprio sujeito, numa espécie de autoflagelação. Por outro lado, a perda real ou simbólica deste objeto pode conduzir, de maneira diferente, a um processo parecido. Se o indivíduo, mesmo que de maneira não consciente, deixa de idealizar os atributos da empresa, ele pode perdê-la como ponto referente, o que deixa um vazio no ego, do qual esta fazia parte. Em decorrência desse processo, pode ser que o sujeito, ao invés de lidar com o luto, que seria o comportamento normal quando da perda de um alvo de investimento libidinal externo, acabe por vivenciar a melancolia, que se refere à perda de um objeto idealizado, que estava incrustado no ego.

Na concepção de Ferrari (2006)

faz sentido que o melancólico tenha propensão para realizar-se como objeto caído, em suas propensões para o suicídio. [...] parece ser razoável pensar que o melancólico é aquele que trata o gozo pela via do castigo e da culpabilidade, na ausência da pulsão, já que existe o triunfo do objeto que o movimenta em um "querer ser ninguém" (FERRARI, 2006, p.112-113).

E Freud afirma que a melancolia é um estado que pode acarretar no auto-aniquilamento do ego, nas palavras do autor:

A análise da melancolia mostra agora que o ego só pode se matar se, devido ao retorno da catexia objetal, puder tratar a si mesmo como um objeto – se for capaz de dirigir contra si mesmo a hostilidade relacionada a um objeto, e que representa a reação original do ego para com objetos do mundo externo. Assim, na regressão desde a escolha narcísica, é verdade que nos livramos do objeto; ele, não obstante, se revelou mais poderoso que o próprio ego. Nas duas situações opostas, de paixão intensa e de suicídio, o ego é dominado pelo objeto, embora de maneiras totalmente diferentes (FREUD, 1974, p.285).

Em certa medida, a paixão intensa e a identificação extrema são desejadas pela empresa, para assegurar maior empenho do trabalhador no seu relacionamento com esta. As práticas que promovem estes estados estão inseridas nas práticas atuais de recursos humanos que visam não se ater mais ao relacionamento como algo profissional - ele passa a ser passional. Por outro lado, o *frenesi* contemporâneo em busca da produtividade, a redução dos espaços pessoais, a massificação e despersonalização do tempo e dos bens culturais, atuam em favor da permanência do estado de dependência do trabalhador para com a organização, na qual ele investe sua libido em busca do gozo.

Concorda-se com Marcuse (1978, p.88) que afirma: "há um modo de trabalho que oferece um elevado grau de satisfação libidinal, cuja execução é agradável [...]. Mas grande parte das relações de trabalho em que a civilização repousa é de um gênero muito diferente". Devido à esta circunstância é que a maior parte dos trabalhadores não conseguem alcançar a satisfação das suas pulsões no trabalho que executam. A mercantilização do trabalho em específico e da vida de um modo geral torna os homens em objetos, passíveis de se

identificarem como tais e necessitados de encontrar novas formas de liberar seus impulsos. Como estas parecem cada vez mais restritas, convive-se de maneira crescente com uma tensão que pode resultar no adoecimento e, inclusive, no suicídio, no auto-aniquilamento do ego apressada pelo estágio de melancolia que pode afetar o sujeito. Salienta-se que esta patologia, como aponta Freud (1974), e no que concorda Ferrari (2006), não é intratável podendo desaparecer de maneira repentina, assim que o ego consiga lidar com a perda objetal.

As patologias psicossomáticas, que foram acima tratadas, mostram o traço mais visível desta relação desigual entre o homem e a empresa. O suicídio é algo sempre subterrâneo e não deixa de ser, em última instância uma decisão pessoal e insondável. Este ensaio tenta, então, jogar luz nesta discussão, que permeia a vida do homem na sociedade atual e apontar caminhos para se discutir essa questão sensível, que é o relacionamento do homem com a organização capitalista contemporânea, e as possíveis conseqüências deste relacionamento.

### Referências

- ADORNO, T.W. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.
- AUBERT, N. A neurose profissional In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. V. 2. São Paulo: Atlas, 2001.
- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6º. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999
- BAUMAN, Z. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. Estudo de Psicopatologia do Trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E., JAYET, C. *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. V. 2. São Paulo: Atlas, 2001.
- FERRARI, I.F. Melancolia: de Freud a Lacan, a dor de existir. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line*, v. VI, n.1, p.105-115.
- FERREIRA, M.C. Trabalho e suicídio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 fev. 2008. Caderno Opinião.
- FREUD, A. *O Ego e seus mecanismos de defesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- FREUD, S. Luto e melancolia. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII (1914-1916)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. Além do Princípio de Prazer. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII (1920-1922)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a.
- FREUD, S. O ego e o id. in *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX (1923-1925)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976b.

- FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV (1914-1916)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976c.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do Ego. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII (1920-1922)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976d.
- FREUD, S. O problema econômico do masoquismo. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX (1923-1925)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976e.
- FREUD, S. O inconsciente. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV (1914-1916)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976f.
- FREUD, S. O mal estar na civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI (1927-1931)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976g.
- FREUD, S. Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XI (1910)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976h.
- HASSARD, J. Tempo de trabalho – outradimensão esquecida nas organizações In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, v. 2. São Paulo: Atlas, 2001.
- HOBBSBAWN, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAUER, S. Chefe da Renault cria plano anti-suicídio para a empresa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 mar. 2007. Caderno Dinheiro.
- LIMA, M. E. A. Transtornos mentais e trabalho: o problema do nexos causal. *Revista da Administração Fead Minas*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 73-80, 2005.
- MARCUSE, H. *One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*. Londres: Routledge, 2002.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MELLO, H.D.A. e TONELLI, M.J. O tempo e as organizações: concepções do tempo em periódicos de estudos organizacionais. In: *ANAIS XXVI Reunião Anual da ANPAD*. Recife/PE: 2002.
- PARKER, M. *Against Management: organization in the age of managerialism*. Malden: Blacwell Publishers, 2002.
- ROUANET, S.P. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- ROUANET, S.P. *Édipo e o Anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- RICHTER, E.P.; JOVER, E.R.; NUNES, D.C. Tempo como categoria analítica da subjetividade. *Revista Psicologia Política*. UFMG. v. 2, n. 4, p.233-248
- SILVA, B. *Taylor e Fayol*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.